

GÊNERO SERIA UMA CATEGORIA ÚTIL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL? UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Larissa Costa dos Santos; Carla Biancha Angelucci

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)

Resumo: Esta comunicação oral é fruto da pesquisa exploratória que trata da temática das relações de gênero nos estudos sobre Educação Especial. Procura-se compreender como se dá a inserção das questões de gênero na produção acadêmica sobre Educação Especial no Brasil. Para isso, analisa dezenove trabalhos acadêmicos, entre artigos, teses de doutorado e dissertações de mestrado que fazem referência a questões de gênero e tem como temática Educação Especial. A metodologia aplicada foi a análise por indícios em material coletado por levantamento bibliográfico em bancos de dados de artigos, teses e dissertações. Os resultados evidenciam a presença das referências legais sobre Educação Especial e a produção de documentos do governo federal sobre a importância da igualdade de gênero na Educação para a produção acadêmica da área. Verificamos também como a pesquisa sobre Educação Especial e gênero não se efetivou como área de produção de conhecimento ou linha de pesquisa, estando os trabalhos pulverizados em diferentes instituições e de maneira dispersa ao longo do período estudado. Na análise por indícios verificamos que os trabalhos que se propõem a avançar na discussão de gênero como categoria social são, majoritariamente, trabalhos que não se localizam nos polos de pesquisa de Educação Especial do país, explicitando a falta de diálogo com as pesquisas sobre outros marcadores sociais, como gênero, por exemplo. Os trabalhos que se aprofundam nas questões de gênero são os mesmos que avançam na discussão da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, considerando a necessidade de avanços na garantia de fato do direito desse público ao patrimônio cultural ofertado pela escola.

Palavras-chave: Educação especial, Gênero, Deficiência, Análise Bibliográfica.

Introdução

Esta pesquisa trata da temática das relações de gênero em estudos da Educação Especial, procurando compreender se e como as questões de gênero são abordadas na produção acadêmica sobre a Educação Especial brasileira, considerando como público-alvo os (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

No período entre 2008 e 2009 o Brasil publicou dois importantes documentos relativos à Educação Especial: Política nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2008) e o Decreto 6.949/2009, que promulgou a Convenção internacional sobre direitos das pessoas com deficiência, cujo objetivo é garantir as equidades sociais para seu público destinatário. É importante observar que a Educação Especial se configura como um direito das pessoas com deficiência, transtornos de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação à educação, de modo que esta atenda às suas demandas (BRASIL, 2008). Anteriormente, em 2006, já havia sido publicado o Plano nacional de educação em direitos humanos (2006), assinado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, que partia da concepção de que a

educação em direitos humanos se faz em consonância com a educação para a valorização da diversidade.

Em 2008, foi publicado o II Plano nacional de políticas para mulheres, cujo plano de ação tem como objetivo promover a formação continuada de gestores (as) e profissionais da educação sobre relações de gênero, enfrentamento da violência de gênero e orientação sexual, considerando as questões etnicorraciais, geracionais e a situação das pessoas com deficiência. Inúmeros têm sido os investimentos políticos na construção de uma educação que esteja cada vez mais comprometida com a garantia da oferta educacional a todas as pessoas, considerando as desigualdades sociais e reconhecendo as diferenças humanas.

As questões de gênero, sem dúvida, representam uma importante categoria social de importância para a análise da sociedade em todas as suas esferas. Antes de tudo, gênero, segundo Scott (1995), configura-se como um elemento constitutivo de relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos que são tidas como naturais. Gênero é “um arranjo socialmente construído que aguilhoa historicamente a humanidade numa organização social, que coloca pessoas como corpos” (RUBIN, 1993).

A busca por índices populacionais e de matrícula correlacionando condição (deficiência/transtornos globais do desenvolvimento/altas habilidades/superdotação) e distribuição por sexo em portais governamentais, censitários e em publicações acadêmicas revelou a inexistência de dados que nos permitam conhecer a realidade dos números relativos a essa população, exceção feita ao trabalho de Gonzalez (2013), que afirma a prevalência de 2/3 de matrículas do sexo masculino na Educação especial registradas no Brasil, segundo o Censo escolar divulgado pelo Instituto Anísio Teixeira – Inep, em 2009.

Embora a Educação especial e as questões de gênero venham sendo amplamente estudadas, quando se realiza levantamento bibliográfico utilizando o descritor “gênero” fixo e variando “educação inclusiva”, “Educação Especial”, “educação” e cada um de seus públicos-alvo (deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação) no portal Scielo (Scientific Electronic Library Online), banco de dissertações das teses da Capes e no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI), encontramos tão somente dezenove artigos. Foram excluídos os trabalhos que apresentavam o termo gênero relacionado a gênero literário, gênero de prática esportiva ou não apresentavam indicadores de estudo na área de

Educação Especial e relações de gênero. Cabe destacar que não há nenhum trabalho que vise à realização de estudo do estado da arte, mapeamento da área ou investigação que pretenda produzir uma visão ampla dos estudos acadêmicos relativos à temática aqui referida (Educação Especial e questões de gênero).

Tais reflexões, consideradas também à luz da escassez de informações que correlacionem distribuição populacional, número de matrículas de cada setor que compõe o público-alvo da Educação Especial, segundo sexo, reafirmam a necessidade da transversalidade da deficiência nas políticas de gênero, e vice-versa, o que nos convida a novas reflexões teórico-políticas sobre o feminismo e a Educação Especial, propondo a incorporação de demandas relativas ao público-alvo da Educação Especial, como apresentam Mello e Nuernberg (2012).

Metodologia

A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, de cunho bibliográfico. O *corpus* da pesquisa foi composto por análise de artigos, teses de doutorado e dissertações de mestrado. Foi utilizado os seguintes bancos de dados: portal Scielo, periódicos Capes, portal de teses da Capes e Biblioteca Digital de teses e dissertações (BDTD). Os descritores utilizados foram: “gênero” fixo e variando “educação inclusiva”, “educação especial”, e “educação” e cada um de seus públicos-alvo (deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação) ou “transtornos do espectro autista” ou “autismo”, a busca foi feita no índice no assunto. Foram excluídos os trabalhos repetidos e aqueles que apresentavam o termo gênero relacionado à literatura, práticas esportivas ou não apresentavam indicadores de estudo na área de Educação Especial e relações de gênero. Na busca não houve recorte temporal.

A leitura dos dados foi realizada segundo a análise por indícios proposta pelo historiador italiano Ginzburg, na qual buscamos compreender a estrutura e a “entidade profunda invisível, (...) para assim reconstruir para além dos dados sensíveis, as figuras, os números e os movimentos” (GINZBURG, 1989) do fenômeno estudado. O material foi estruturado em categorias e analisamos o material como o proposto.

Resultados e Discussão

A categoria de análise foi escolhida de acordo com a leitura do material, literal e do contexto de produção, e explica como o campo de estudos sobre Educação Especial introduziu a categoria “gênero” em seus resultados de pesquisa:

Estudos que reconhecem gênero como uma construção social e histórica e constroem uma discussão sobre a dinâmica proposta pela categoria

a) Trabalhos que elaboram, nos resultados, o impacto de gênero na perspectiva de usar de habilidades pautadas na condição de ser menino e ser menina para explicar as diferenças

Os trabalhos que compõem esta subcategoria não investigam como a identidade de gênero é forjada, ou o processo de criação destas feminilidades e masculinidades, apenas propõem-se a analisar o seu impacto.

O artigo O viés de gênero na notificação de alunos com necessidades educacionais especiais, de Mendes e Lourenço, de 2009, é, cronologicamente, o primeiro trabalho do *corpus* da presente pesquisa a problematizar a disparidade de gênero: “por que os meninos são mais indicados do que as meninas como alunos com necessidades educacionais especiais por seus professores (proporção de 2/3 contra 1/3)?” (MENDES; LOURENÇO, 2009, p.417) “

A pesquisa compara a descrição de professores de meninos e meninas identificados por eles como alunos com o que chama de necessidades educacionais especiais. Revela “como única diferença estatisticamente significativa: a indicação de meninos com base na categoria Problemas de Comportamento” (MENDES, 2009, p. 417). Com base nos estudos de Wehmeyer e Schwartz (2001) nos Estados Unidos, que seriam “as meninas que estão sub-representadas devido a possíveis vieses baseados em comportamentos e estereótipos relacionados ao gênero “ que a longo prazo “pode contribuir para perpetuar os estereótipos dos papéis sexuais e os comportamentos de meninas em idade escolar” (ROUSSO; WEHMEYER, 2001 *apud* MENDES, 2009, p. 426). As autoras indicam que, por ser a carreira docente fundamentalmente feminina, ficaria acentuado o problema da estereotipagem sexual e da modelação baseada em gênero. E, por fim, as autoras concluem que as práticas pedagógicas estariam implicadas na produção de certas formas de ser menino e menina e de hierarquizações e desigualdades no que se refere ao desempenho escolar



O segundo estudo desta subcategoria é a tese de doutorado intitulada Sexualidade e gênero: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de Educação Especial de São Paulo, de autoria Ribeiro (2011). O trabalho investiga como se constitui a sexualidade dessas jovens, como se relacionam afetivamente e qual o papel desempenhado pela escola nesse processo. Gênero é tomado como aspecto interseccional, que contempla a complexidade do campo de estudos, ou seja, o texto indica que a ótica de gênero é o que questiona

[...] a explicação da desigualdade entre homens e mulheres a partir da diferença biológica, da distinção sexual, de uma marca física: sendo uma consequência da natureza, tornar-se-ia impossível mudar sua realidade, então não é a diferença sexual em si que faz do feminino e do masculino o que eles são, mas sim, as interpretações que podem receber, em determinada sociedade e contexto histórico. As posições que homens e mulheres ocupam na sociedade não estão relacionados ao sexo, mas à construção social. (RIBEIRO, 2011, p. 48)

A autora estabelece que as relações de gênero configuram, juntamente com “prazer, identidade, orientação sexual, erotismo, sentimentos, história pessoal, cultura, relacionamentos”, a sexualidade (ABRAMOVAY; CASTRO, 2004 *apud* RIBEIRO, 2011, p. 53). Esta é uma construção social permeada pelas desigualdades e discriminação social.

A tese indica que a instituição escolar é um dos espaços sociais de construção de masculinidades e feminilidade, estas que seriam a forma como gênero se desempenha nas identidades dos sujeitos. Dessa maneira, gênero e escola/educação seriam os conceitos chave para a compreensão da sexualidade das jovens envolvidas no estudo.

Especificamente em relação à construção dos resultados, a categoria gênero é tomada para indicar que as famílias orientam as jovens a seguirem papéis estereotipados de mulher. Analisa também, sobre a condição feminina que há valorização da virgindade das garotas e proibição sexual, enquanto que, quando se fala de condição masculina, estas questões sequer eram mencionadas.

A escola municipal de Educação Especial para pessoas com deficiência ligadas à surdez envolvida no estudo realizou cursos com temáticas como: namoro, relação sexual, contraceptivos, prevenção às DST/Aids e relações de gênero. São descritas as ações da escola e é enfatizado o quanto a escola não consegue dialogar com os/as estudantes, o que agrava com a falta de continuidade dos projetos.

O trabalho de doutorado de Uzêda, intitulado *A participação feminina no processo de inclusão escolar de crianças com deficiência visual*, de 2013, investiga a participação de mães e avós nos processos de inclusão escolar, articulando com questões socioeconômicas e de gênero. Compreende gênero como um constructo social que rege ocupações relacionadas ao cuidado: é preciso que “os homens tenham ‘cuidado com’ e as mulheres ‘cuidem de’ “ (TRONTO, 1988, p. 189 *apud* UZÊDA, 2013, p.72). A discussão de resultados descreve a situação, sem pontuar as influências da categoria gênero. Indica que a percepção da deficiência estaria contribuindo para a subordinação e a dependência feminina. A chave de leitura da experiência feminina na inclusão é desenvolvida como algo íntimo dos conceitos de maternidade e paternidade de crianças com deficiência. Conclui que o auxílio das mães desde cedo nos cuidados com as crianças e nos atendimentos, frequentando as instituições especializadas, pareceu auxiliar no processo subjetivo de elaboração da deficiência. Os resultados apontam que por uma divisão desigualdade baseada no sexo de tarefas relativas ao cuidado das crianças com deficiência, as mães e avós mostraram-se protagonistas na luta pela inclusão dos seus filhos e filhas, sendo responsáveis solitárias pelo enfrentamento da equipe escolar diante da decisão de incluir a crianças e viabilizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O último texto desta subcategoria é de Sato, uma tese de doutorado intitulada *A construção da identidade de gênero na educação inclusiva: letramento e discurso* (2013). O trabalho investiga a identidade de gênero de professores e professoras no contexto da inclusão escolar, por meio das práticas e discursos de letramento para elucidar elementos que contribuem para elucidar a complexa teia que promoveu na educação e especificamente na Educação Especial inclusiva a atividade docente como um gueto feminino moderno. Os elementos tem sido a desvalorização da docência e em relação ao letramento, quando as práticas pedagógicas não sofreram alterações significativas que alcancem a aprendizagem das pessoas incluídas, o que fragilizaria a identidade docente e de gênero. A autora conclui que o discurso tradicional de gênero, situa a mulher como própria ao fazer docente, ligada a doação, ternura, paciência, mas não ao ensino. A idealização de uma solução ideal de desenvolvimento humano na escola e sem as devidas revisões metodológicas corrobora para a desvalorização da instituição escolar, tanto dos estudantes quanto da docência.

Como foi possível depreender, nesta categoria, diferentemente da primeira, em que houve maioria de situações em que gênero serviu para tecer considerações sobre os estudantes, o olhar incidiu sobre os demais envolvidos no processo de escolarização. A análise inicia com o olhar voltado para meninos e meninas, investigando a relação e passa a ter como sujeito principal a figura

da mulher; primeiramente, jovens mulheres, depois a mães/avós e por último a figura da docência majoritariamente feminina do Brasil. Somente o trabalho de Mendes e Lourenço (2009), realizou discussão das relações de meninos e meninas.

b) Trabalhos que indicam a construção das feminilidades e masculinidades dentro do contexto escolar.

O artigo As práticas pedagógicas reprodutoras de desigualdades: a sub-representação de meninas entre alunos superdotados, de autoria de Reis e Gomes (2011), investiga os critérios para identificar e encaminhar os alunos para o Programa de atendimento ao aluno com altas habilidades/superdotação. O texto indica que no programa de altas habilidade/superdotação estudado ocorre também a predominância de meninos, assim como nos programas de Educação Especial indicados por Mendes e Lourenço (2009). Os autores identificaram uma herança sociocultural que condiciona expectativas de comportamento em relação à meninas e meninos que operariam delas para consigo mesmos. Afirmam o quanto as áreas do conhecimento estariam porcionada para meninos e meninas, o que estaria determinando moldes de gênero e os que não se encaixassem estariam sendo vistos como inteligentes demais ou de menos. O ambiente escolar tendente ao conformismo e aliado ao magistério predominante ou exclusivamente feminino, “pode tornar as meninas “boas” ou que se adaptam com mais facilidade, quanto pode o ambiente mais dificilmente suportável para os meninos, que seriam avaliados como não bons. É como uma profecia autor realizadora” (REIS; GOMES, 2011, p. 517).

O segundo trabalho é o doutorado, de 2013, de autoria de Gonzalez: Educação Especial e processos de encaminhamento para salas de recursos: relações de gênero e cor/raça. A tese tem como objetivo averiguar e analisar os motivos que embasam o encaminhamento dos alunos para Salas de recursos da rede municipal de São Paulo, com recorte de gênero e cor/raça.

O conceito e gênero do trabalho “não se constitui pelo simples fato de termos nascido do sexo feminino ou masculino, mas sim é estabelecida socialmente, não sendo nem fixa muito menos homogênea” (GONZALEZ, 2013, p. 70). A autora indica com base na literatura sobre o tema que as crianças “aprendem a hierarquia dos sexos durante o período que permanecem na escola desde as primeiras etapas da educação básica”. (FINCO, 2010 *apud* GONZALEZ, 2013, p.71). “Assim, a escola possuía expectativas diferentes com relação ao desempenho de meninos e de meninas, o que evidenciaria, desse modo, a existência de discriminações de gênero nas relações escolares” (GONZALEZ, 2013, p. 203).

Os pesquisadores não encontram resultados que comprovem que o encaminhamento seria diferente conforme o gênero mas indica a importância em

[...] continuar a investigação utilizando o recorte do gênero, cor/raça e aspectos socioeconômicos, pois a escola estudada não representa um caso modelar, assim o fato de não termos localizado nos depoimentos das entrevistadas e na análise documental nessa unidade evidências de que os alunos tenham sido encaminhados devido a estereótipos de gênero ou cor/raça não elimina a suspeita de que essa situação ocorra nesse ou em outros sistemas de ensino (GONZALEZ, 2013, p. 215).

Por fim, discutiremos o trabalho de doutorado de Nakayama, intitulado Educação inclusiva: princípios e representação, de 2007, que é a mais antiga produção deste *corpus*. O texto apresenta uma reflexão sobre a inclusão de uma maneira ampla, relacionando raça, gênero e deficiência. Apesar de não indicar interseccionalidade entre os conceitos de deficiência e gênero, o texto critica a cultura escolar excludente e pauta na educação inclusiva um trabalho de desconstrução objetivando a diversidade. A autora busca identificar os preconceitos referentes a gênero, etnia, classe social e capacidade, que promovem o sentido da exclusão em todos os segmentos escolares e propiciar um contexto de reflexão dos profissionais envolvidos. E percebe que:

Os processos sociais excludentes têm sua origem na normatização social que justifica a colocação de marcas definitivas em um grupo, a partir de diferentes critérios como a classe social, o gênero, a etnia ou as condições físicas ou cognitivas das pessoas. Ao analisar a exclusão, é necessário então conhecer o mecanismo que a produz (NAKAYAMA, 2007, p. 7).

Considerações Finais

Gostaríamos de apontar a influência da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva” (2008) para provocar o campo da Educação Especial. A partir dela, a Educação Especial abre-se para os outros campos de estudo como sociologia e psicologia, como aponta este presente estudo. Nesse conjunto de pesquisadores estudando a Educação Especial, o/a estudante com deficiência, um dos setores que configuram seu público-alvo, passa a ter sua existência questionada por investigadores que acreditam que as categorias sociais de gênero, raça e demais também perpassam os alunos da Educação Especial.

Serpa (2011) coloca o quanto a vinda da discussão gênero na Educação tem sido influenciada pela ampliação dos estudos culturais e pelas lutas sociais e traz também uma perspectiva de revisitar nossas noções de normal e diferente:

“Corazza (2002) amplia essa discussão sobre currículo, inserindo o paradigma do pós currículo, o qual faz emergir as lutas sociais contemporâneas, através dos estudos culturais, discutindo questões de gênero, classes e etnia, entre outros, e afirma que este pós-curriculo é sempre de esquerda e não compartilha a mesma visão com currículos oficiais e com governos neoliberais. Também não encara os diferentes como culpados, nem procura normalizá-los. Pelo contrário, sempre está atento para suas histórias e os defendendo dos valores hegemônicos. Valoriza o magistério e combate às desigualdades de oportunidades. É sempre democrático e participativo, apoiando qualquer segmento comprometido com as lutas dos diferentes.” (SERPA, 2011, p. 22)

É importante destacar que a introdução dos estudos sobre a educação de pessoas com deficiência na perspectiva da educação inclusiva, não somente fomenta a discussão de gênero, mas também é criada através de novas concepções do aprender de pessoas, principalmente do gênero feminino, no espaço escolar.

Verificamos também a necessidade de avançar que tomem as vozes das pessoas com deficiência sobre o seu percurso formativo e de aprendizagem para que possamos compreender melhor a relação das lutas sociais, principalmente no feminismo, na construção de uma Educação Especial inclusivo. Em outras palavras, a academia intelectual precisa estar mais amparada nas lutas sociais para poder construir propostas de emancipação da vida humana de todas e todos.

Esperamos, ao final do trabalho, ter auxiliado no avanço da compreensão do lugar das discussões de gênero na produção sobre Educação Especial.

Referências

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2006**/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pnedh2/pnedh_2.pdf. Acessado em: 20/03/2015.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC/SEESP. 2007. Disponível em http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acessado em 15/3/2015.

_____. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acessado em 18/3/2015.

_____. **Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto6949_seesp.pdf. Acessado em: 08/5/2015.

GAYLE RUBIN. **O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo.** Recife: SOS Corpo, 1993.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MELLO, A.; NUERNBERG, A. *Gênero e deficiência: interseções e perspectivas.* **Estudos Feministas. Florianópolis,** 20(3): 384, setembro-dezembro/2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300003>. Acessado em 20/3/2015.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* **Educação e Realidade.** Porto Alegre/RS, n. 20, v.2, p. 71-100, 1995. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf> Acessado em 25/3/2015.

SERPA, Marta Helena Burity. **Modos contemporâneos de inclusão escolar de alunos e alunas com deficiência e dos que apresentam transtornos globais do desenvolvimento: um estudo de casos múltiplos em escolas públicas da Paraíba.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Campina Grande. 2011. Acessado em: 11/09/2017. Disponível em:

LISTA DOS TRABALHOS SELECIONADOS PARA O ESTUDO

GONZALEZ, Roseli Kubo. **Educação Especial e Processos de Encaminhamento para Salas de Recursos: Relações de Gênero e Cor/raça.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2013. Acessado em: 11/09/2017. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/wp-content/uploads/2012/10/TESE-MARTA-HELENA-FINAL.pdf>

MENDES, Enicéia Gonçalves; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. *Viés de gênero na notificação de alunos com necessidades educacionais especiais*. **Rev. bras. educ. espec.** vol.15 no.3 Marília Sept./Dec. 2009. Acessado em: 11/09/2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382009000300006&script=sci_abstract&tlng=pt

NAKAYAMA, Antonia Maria. **Educação Inclusiva: Princípios e Representação**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2007. Acessado em: 11/09/2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07122007-152417/pt-br.php>

REIS, Ana Paula Poças Zambelli dos; GOMES, Candido Alberto. *Práticas pedagógicas reprodutoras de desigualdades: a subrepresentação de meninas entre alunos superdotados*. **Rev. Estud. Fem.** vol.19 no.2 Florianópolis Maio/Agosto. 2011. Acessado em: 11/09/2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200013

RIBEIRO, Karen. **Sexualidade e Gênero: Estudo das Relações Afetivas de Jovens Surdas de uma Escola Municipal de Educação Especial de São Paulo**. Tese de doutorado Universidade de São Paulo, 2011. Acessado em: 11/09/2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072011-102643/pt-br.php>

UZÊDA, Sheila de Quadros. **A Participação Feminina no Processo de Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Visual**. Tese de doutorado. 2013. Acessado em: 11/09/2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/15184>